

Da comunicação ao discurso: um lugar para o sujeito nos estudos da linguagem*

Viviane Teresinha Biacchi Brust (UFSM)**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo abordar as contribuições do linguista russo Roman Jakobson com o texto **Lingüística e Poética** e da releitura que Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso na França, faz do esquema jakobsoniano de comunicação. Com isso, visamos a explicitar algumas aproximações e distanciamentos sobre as noções de funções da linguagem e funcionamento da linguagem, além de ressaltar a questão do sujeito na perspectiva discursivista. Também incursionamos por uma questão analítica e, quando tecemos nossas conclusões, estabelecemos relações entre as duas perspectivas teóricas, ambas relevantes para o desenvolvimento das Ciências da Linguagem.

Palavras-chave: Roman Jakobson; Michel Pêcheux; Lingüística; funções; funcionamento.

1 Roman Jakobson: *Lingüística e Poética*¹

Roman Jakobson (1896-1982), como ele mesmo declara (1996), foi testemunha do desenvolvimento internacional do pensamento linguístico ao longo de um dilatado período de seis décadas. O referido teórico russo surge no cenário da Lingüística em 1915, na fundação do Círculo Linguístico de Moscou, vive a revolução Russa, em 1917, e, nas décadas de 1920 e 1930, teve relevante participação no Círculo Linguístico de Praga. Ao mudar-se para os Estados Unidos, em 1942, fugindo da II Guerra Mundial, funda o Círculo Linguístico de Nova York, quando também trabalhou no MIT². Em Jakobson, segundo Mattoso Câmara (1970, p. 174), “o lingüístico confunde-se com o humano, e, portanto, nada do que interessa à vida e ao mundo do homem lhe deve ficar alheio”, o que bem atesta o lugar que ocupa dentro do campo de estudos para o qual se lançou.

* Artigo produzido para a disciplina *Seminário Avançado em Jakobson*, ministrada pela Prof.^a Dr. Amanda Scherer.

** Mestranda em Letras - Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, sob orientação da Prof.^a Dr. Verli Petri. Bolsista CAPES. E-mail: vivibrust@hotmail.com

¹ Manteremos a ortografia oficial anterior apenas para títulos e citações.

² O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (em inglês, *Massachusetts Institute of Technology*, MIT) é um centro universitário de educação e pesquisa privado, localizado em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos.

Ao ler o título de um dos mais conhecidos textos de Roman Jakobson, **Linguística e Poética**, publicado originalmente em 1960, em Nova Iorque, e em 1969, no Brasil, perguntamo-nos de que maneira pode-se ligar a Linguística com a Poética, já que se imagina que à Linguística caberiam os estudos da língua não-literária e, à Poética, os da língua quando tratada artisticamente. Não deveria ser, quem sabe, “Linguística ou Poética” para dar conta de (pré)conceitos sedimentados?

Teorizar sobre Poética é, em princípio, teorizar sobre Literatura. SOUZA (1990) cita os poemas homéricos *Iliada* e *Odisséia*, séc. VI a. C., como alguns dos textos literários mais antigos que já teorizavam sobre a própria Literatura, sobre a função e a natureza da poesia, bem como sobre o poder do discurso. A Literatura se tornaria objeto de teorização em sentido mais próprio com Geórgias, filósofo sofista e professor de Retórica que viveu nos séculos V-IV a. C. e dedicou-se à discussão do que hoje seria a linguagem literária. Porém, continua SOUZA (Ibid.), é somente com Platão, no séc. V-IV a.C., e com Aristóteles, séc. IV a.C., que a análise da Literatura assume contornos melhor definidos, quer pela extensão dos trabalhos dos filósofos, quer pelo grau de sistematização a que ambos chegaram: aquele, nas obras *Íon*, *A república*, *Fedro* e *As leis*; e este, na *Poética*, *Política* e *Retórica*. Talvez, com essas obras, de acordo com SOUZA (Ibid.), a consolidação da pertinência e da necessidade de se problematizar Literatura, pois:

Não se chama de poeta alguém que expôs em verso um assunto de medicina ou de física! Entretanto nada de comum existe entre Homero e Empédocles, salvo a presença do verso. Mais acertado é chamar poeta ao primeiro e, ao segundo, fisiólogo (ARISTÓTELES, 2001, p. 2).

Ainda segundo Souza (Ibid.), esses estudos continuam na Antiguidade, tanto entre os gregos quanto entre os latinos, perpassam a Idade Média, reforçados pelo continuado prestígio da Retórica, disciplina surgida na Antiguidade, e pelo aparecimento de **Gaia Ciência**. Ocorre, também, uma redescoberta da poética de Aristóteles, em fins do séc. XV até o século XVIII. Porém, a partir do séc. XIX, com a consolidação do Romantismo, vão aparecer as mais diversas teorias, empenhadas em propor explicações consideradas mais adequadas para a Poética.

No século XX, nasce a Linguística como ciência. Saussure (1916), em seu **Curso de Linguística Geral**, vai defini-la e definir seu objeto: a língua. Segundo o mestre genebrino, o que viria a se consolidar como Linguística naquele momento já havia passado por três fases sucessivas. Inicialmente, a Gramática, estudo inaugurado pelos gregos, continuado pelos franceses, baseado na Lógica, de caráter normativo e desprovido de visão científica da

língua; depois, a Filologia, a partir de 1777, com um olhar também para os textos – dentro de uma perspectiva da história literária, dos costumes, das instituições –, uma vez que não considera a língua como seu objeto único; e, mais tarde, quando se pensou que as línguas poderiam ser comparadas entre si, adquire relevância a Filologia comparativa ou a Gramática comparada, que serviriam de base para a Linguística.

É sabido que Jakobson chegou à Linguística através da Poética, como bem atestam suas participações no Círculo Linguístico de Moscou (1915) e, depois, no Círculo Linguístico de Praga (1926). Dentro do seu campo de reflexões, o referido estudioso, então, se questiona: o que é que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte? Não caberia a ela um lugar proeminente nos estudos literários? Para começar responder a isso, o citado linguista pontua: “A Poética trata dos problemas da estrutura verbal, assim como a análise de pintura se ocupa da estrutura pictorial. Como a Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística” (2001, p. 119).

A Linguística, então, segundo Jakobson, vai tratar também da Poética, porque, para ele, aquela a constitui, ou seja, a Poética, por ser uma das instâncias de linguagem, está na Linguística. Sobre essa questão, encontramos, em Gadet e Pêcheux (2004, p. 108), a observação de que o Círculo Linguístico de Praga, particularmente Jakobson, desenvolverá a ideia de que não há dimensão da língua que escape *a priori* ao poético, o que vai significar, por um lado, - em referência dos autores aos termos de Milner - que “a poesia é homogênea à língua” e, por outro, que “a língua não poderia ser pensada completamente se a ela não se integrasse a possibilidade do poético”, além da colocação que o que relaciona Literatura e Linguística permaneceria prisioneiro na evidência de uma “função poética” – do que depreendemos que o caráter dado a essa função vai permear todo e qualquer ato de comunicação quando se passa a pensar a noção de discurso.

Jakobson considera existir uma unidade de língua a toda pessoa que fala e a toda uma comunidade linguística, embora, para o código global, existam subcódigos relacionados entre si e simultâneos, cada qual caracterizado por uma função diferente. Diante disso, para saber o lugar da função poética dentro das funções da linguagem – sua discussão principal no referido estudo - “é preciso estudar toda a variedade de suas funções” (JAKOBSON, 2001, p. 122) para melhor defini-lo. Para o autor, porém, fez-se necessário explicitar os fatores constitutivos do processo linguístico, presentes em todo ato de comunicação verbal.

1.2 Os elementos da comunicação e as funções da linguagem

Antes de discutir a função poética e o lugar que esta tem dentre as demais funções da linguagem, Jakobson faz outras considerações, necessárias para a compreensão do que pretende abordar. Neste ensaio **Lingüística e Poética**, o referido autor explicita o que considera “fatores inalienáveis envolvidos na comunicação verbal” (2001, p. 123), ou seja, define quais são os elementos que não podem faltar para que possa haver o processo de comunicação. Organiza, então, as seis partes integrantes da comunicação verbal, assim esquematizado, conforme Jakobson (Ibid.):



Nesse processo, tem-se por *remetente* (ou emissor) o indivíduo que encaminha/manda uma mensagem, e por *destinatário* aquele que a recebe. Por *mensagem*, talvez o que pudéssemos associar à *parole* de Saussure, assim como *código*, à *langue* para o mesmo autor. Por *contato*, o canal físico pelo qual se estabelece o processo comunicativo e uma conexão psicológica entre os dois; por *contexto*, o referente, o elemento sobre o qual se fala, do que se fala. Esse movimento é linear, porém um movimento em que os papéis podem ser revertidos: o remetente pode passar a destinatário enquanto este se torna remetente.

Depois de considerar os elementos constitutivos da comunicação e dizer que cada um deles determina uma diferente função de linguagem, Jakobson (2001) acrescenta que não há monopólio de nenhuma delas num ato de comunicação; antes, existe, entre elas, uma hierarquia. Ao estabelecer que cada uma dessas funções está ligada a um dos fatores constitutivos da comunicação, determina quais são elas e o que as constitui.

Dessa forma, a função emotiva ou expressiva está centrada no remetente e visa a uma expressão direta da atitude de quem fala em relação àquilo que está falando bem como tende a suscitar a impressão de certa emoção, verdadeira ou simulada, verificada no uso das interjeições. A função conativa orienta-se para o destinatário e encontra sua expressão gramatical no uso do vocativo e de verbos no imperativo. Já a função referencial está voltada para o contexto, podendo também ser chamada de cognitiva ou denotativa. A função fática está relacionada à mensagem e se estabelece fundamentalmente para prolongar ou interromper a comunicação, para conferir se o canal funciona, para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção, está

direcionada para o contato – e é a primeira função que as crianças adquirem. A função metalinguística se dá sempre que há necessidade de verificar se remetente e destinatário estão usando o mesmo código. Por fim, a função poética, quando se destaca a própria mensagem – função essa que, para Jakobson (Ibid.), não pode ser desvinculada dos problemas gerais da linguagem. Todavia, “qualquer tentativa de reduzir a esfera da função poética à poesia ou de confinar poesia à função poética pode ser considerada uma simplificação excessiva e enganadora”, salienta o linguista (Ibid., p. 123).

Pergunta-se Jakobson (Ibid.) sobre qual o critério linguístico empírico da função poética ou qual seria a característica indispensável, inerente a toda obra poética. Para isso, é preciso rever o que é seleção e combinação³. Para o linguista, enquanto a primeira, a seleção, é realizada na base da equivalência, semelhança, dessemelhança, sinonímia e antonímia, a segunda, a combinação, se dá na construção de seqüência, na contigüidade. Ou seja, quando Jakobson afirma que, na função poética, o que se faz é projetar o princípio da equivalência do eixo de seleção sobre o eixo da combinação, seleção entendida como a escolha que se faz em termos de léxico, o autor defende que

[...] esta tese entra, nada mais nada menos, na própria definição do verso. [...] Desde o instante em que os versos ou os grupos de versos, que se correspondem mutuamente, entram em relação de similitude ou de contigüidade, essa relação será, sem dúvida, percebida; a similitude pode relacionar duas categorias gramaticais ou duas unidades lexicalmente próximas, e a contigüidade pode ser sintática ou apenas narrativa. [...] Enfim, é preciso não esquecer que não existe barreira intransponível entre similitude e contigüidade, que as duas se combinam [...] (JAKOBSON, R.; POMORSKA, K., 1985, p. 127).

Em resumo, “a análise do verso é inteiramente da competência da Poética, e esta pode ser definida como a parte da Linguística que trata da função poética em sua relação com as demais funções da linguagem” (Ibid., p. 132), sabendo-se que essa função, embora o próprio nome possa estar sugerindo, não é restrita à poesia. É na conclusão de **Linguística e Poética** que fica claro seu posicionamento diante da referida questão: “Um linguista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas linguísticos e ignorante dos métodos linguísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos” (JAKOBSON, 2001, p. 162). Dessa forma, podemos compreender por qual razão, ao ligar os termos “Linguística” com “Poética”, neste seu tratado sobre a linguagem, preferiu uni-los a distanciá-los

³ Ao que nos referimos como seleção e combinação, Jakobson se refere como similitude e contigüidade.

ou até a contrapô-los, o que abre uma nova perspectiva aos estudos da linguagem.

2 Michel Pêcheux – continuidade e ruptura

É pelo objeto da Linguística que aproximamos Jakobson a Pêcheux e porque na origem deste objeto está Saussure. Sem entrar na questão se por Ferdinand de Saussure houve ou não um “corte”, uma fundação, reconhece-se, de toda forma, que o mestre genebrino foi, “direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as escolas lingüísticas atuais, o seu ponto de partida crítico. Em nome de Saussure, os lingüistas se dividem [...]” (GADET; PÊCHEUX 2004 [1975], p. 55). Para nosso estudo, importa que tanto Jakobson quanto Pêcheux partem das noções saussurianas de *língua* e *fala*. A primeira, tal como refere Petri (2004), Saussure define como sendo um sistema abstrato de regras, social, essencial e, a segunda, como o uso dessas regras, individual e acessória. Todavia, a par dessas definições, naquele momento em que se fundava a Linguística, somente algo homogêneo, passível de análise interna poderia ser objeto de estudo, o que só é possível pela língua. É preciso entender, segundo Petri (Ibid.), que Saussure fez uma clara e objetiva exclusão das questões relativas à constituição do sujeito e do sentido na linguagem, higienizando assim o que compreendeu como objeto de estudo da Linguística, a língua.

Escolhendo a língua, que em sua concepção faz a unidade da linguagem, Saussure exclui o sujeito. No entanto, diferentemente de Saussure⁴, ambos, Jakobson primeiramente e, depois, Pêcheux, consideram a noção de *sujeito*. Embora se aproximem nesse pressuposto, ainda se fazem necessárias outras distinções: se o sujeito para Jakobson está no remetente e no destinatário, cuja função é a de codificar/decodificar a língua, para Pêcheux esse sujeito é tomado pelo ideológico e pelo político. A língua, que para aquele é código, para este é algo que não é transparente, não serve só para comunicar e, em vez de informação, tem-se efeitos de sentido entre os locutores. Como, então, se dá essa relação emissor-mensagem, no caso de Jakobson, e sujeito-discurso, no caso de Pêcheux, é matéria na qual tocamos ao fazermos a leitura dos textos sob esses dois olhares.

Faz-se necessário, então, pensar-se nas questões propostas pelo filósofo francês diante da aproximação que fazemos de sua teoria com a do referido linguista russo. Se este foi uma testemunha da história e do desenvolvimento da Linguística durante o século em que viveu, aquele, por sua

⁴ Apoiamo-nos na vulgata do **Curso de Lingüística Geral** e não em versões críticas e/ou outras obras de Saussure.

vez, vivenciou a efervescência social, política e intelectual da Europa dos anos 1960.

Michel Pêcheux (1938-1983) foi o fundador da Análise de Discurso. Essa disciplina de interpretação “se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI, 2009, p. 19). Os estudos discursivos trabalham, portanto, a língua na sua ordem própria, considerada relativamente autônoma; a história, no seu real, afetado pelo simbólico; e o sujeito de linguagem, que é descentrado, afetado pelo real da língua e pelo real da história e movido pelo inconsciente e pela ideologia, de acordo com Orlandi (Ibid.). Na confluência desses campos de conhecimento, tem-se a definição de um objeto “que vai afetar essa forma de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso” (Id.íbid.). É desse lugar que Pêcheux vai reler Jakobson. Segundo Gadet [et.al.] (2010 [1975], p. 45),

[...] em Jakobson, Michel Pêcheux encontra aberturas ou proposições para ampliar os limites da lingüística, mesmo permanecendo no quadro do estruturalismo. Explica-se, desse modo, a retomada da reformulação do célebre esquema da comunicação, assim como a referência à passagem em que Jakobson, em relação a sua teoria das funções da linguagem, propõe ver na unidade da língua ‘um sistema de subcódigos em comunicação recíproca’. Citação não crítica, que marca a busca de um apoio teórico para dar conta da variação discursiva no invariante da língua. [grifos dos autores]

A noção de discurso, elaborada por Pêcheux, embora considere inicialmente o esquema elementar de comunicação proposto por Jakobson, já explicitado anteriormente, dele vai distanciar-se, tanto no modo como o referido esquema dispõe seus elementos quanto à própria noção de quem ou de quais são esses elementos.

Cabe ressaltar aqui as considerações de Pêcheux (1999) acerca da Linguística dos anos 1950, a qual, segundo o autor, coincide com a retomada do desenvolvimento industrial pós-guerra, que precisa do desenvolvimento e da difusão de novos procedimentos tecnológicos. Diz o autor:

O problema das “comunicações” (que se tornaria, por deslocamento metafórico, o tema principal das *ideologias do consenso*) foi inicialmente um quebra-cabeça para os engenheiros da telefonia: a teoria da informação (Shannon e Weaver) se constituiu neste terreno, em que o *emissor* e o *receptor* são instrumentos, antes de serem sujeitos falantes que os utilizam. (Ibid., p. 15). [grifos do autor]

Avalia, então, o referido autor, que a Linguística daqueles anos continuou presa a um imaginário interdisciplinar da comunicação como *regulação funcional controlada*, o que a levou à denominação de “funcionalista”, apesar dos esforços excepcionais de linguistas como Jakobson para dar conta da tarefa e fazer valer o estatuto poético da linguagem humana, levando a argumentação para o terreno do funcionalismo.

Assim, conforme Pêcheux (2010 [1969], p. 80-83), “mensagem” não é mera transmissão de informação entre o que Jakobson coloca como “destinador/remetente” e “destinatário”, mas efeitos de sentido entre esses sujeitos, os quais não se referem a sujeitos empíricos, e sim a lugares determinados na estrutura de formação social. Além disso, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que “A” e “B” se atribuem, cada um a si e ao outro. O “referente” se relaciona às condições de produção do discurso, que trata de objeto imaginário, a posição sócio-histórica do sujeito. A língua também: não é só um código entre outros e, no seu uso, os sujeitos realizam processos de significação. Considera-se, ainda, que os elementos não são dispostos numa forma linear tal qual a apresentada por Jakobson.

Desse modo, pensa-se o funcionamento da linguagem como aquilo que põe em relação sujeitos e sentidos na língua e afetados pela história. Tem-se, então, um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, não meramente transmissão de informação. Para Pêcheux, é necessário observar a tríade língua, sujeito e discurso.

Decorre daí que temos língua e discurso, mas língua é a condição para a produção do discurso. Língua e discurso, portanto, não são separados assim como o são língua e fala para Saussure. Língua e discurso se constituem um em relação ao outro. A língua – base linguística – é necessária para que os processos discursivos se realizem. Nesse sentido, Orlandi, que tem em Pêcheux sua base teórica, ao ressaltar a importância da Análise de Discurso para a produção do conhecimento sobre a língua, diz: “sei hoje mais sobre a língua do que eu sabia quando trabalhava com a linguística strictu sensu. Quanto ao discurso, falta muito pouco para eu saber o que realmente é” (2004, p. 39).

Dentro dessa perspectiva, importa ainda refletir sobre a enunciação, dado que o idealismo estaria ocupando, no momento, um lugar essencial, pois:

A dificuldade atual das teorias da enunciação reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em *reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito*, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões, etc., na tradição de Bally,

Jakobson, Benveniste [...]. (PÊCHEUX; FUCHS 2010 [1975], p. 175).
[grifos dos autores]

Assim, os processos de enunciação “consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não dito” (Id.ibid.). Ou seja, enunciar é colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornado preciso aos poucos e o que é rejeitado. A esse efeito de ocultação parcial chama-se de esquecimento n. 2⁵, para o sujeito, e é referente à impressão de realidade de seu pensamento. Assim, para Pêcheux e Fuchs (Ibid.), o ponto central da análise linguística é o estudo das marcas ligadas à enunciação.

Poderíamos pensar, além disso, o que está implicado num processo discursivo, que pode assim ser descrito: locutor e interlocutor ocupam lugares determinados na estrutura e formação social e esses lugares, segundo Pêcheux (2010 [1969]), são representados nos processos discursivos colocados em jogo, de modo que o que funciona é uma série de formações imaginárias. Essas formações estão ligadas não só à imagem que cada um faz de si mesmo, mas também à imagem que cada um faz do outro, o que intervém no modo como cada um fala (ao outro), ou seja, intervém nas condições de produção do discurso, o que o autor chama de mecanismo de antecipação. Em relação a essas formações imaginárias, Pêcheux (Ibid., p. 85) acrescenta que “resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores provenientes de outras condições de produção” mas que desencadeiam “tomadas de posição”, o que está atravessado ao “já dito” ou ao já ouvido, ou ao que é denominado de interdiscurso. É possível também distinguir que, dentro das condições de um determinado discurso, um dos elementos pode se tornar dominante e, decorrente disso, também as relações de sentido não serão da mesma forma.

Assim, define-se formação discursiva como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito (Ibid.). Decorre daí que o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra, para ter um sentido e não outro. Os sentidos, então, sempre são determinados ideologicamente (Ibid.). Isso nos leva à noção de metáfora, definida como uma palavra pela outra, como transferência, estabelecimento do modo como as palavras significam. Além disso, pela diferenciação da formação discursiva, entendemos por que uma só palavra pode ter diferentes sentidos: porque se inscreve em formações discursivas diferentes. As formações discursivas, por

⁵ Pêcheux vai falar também em esquecimento n° 1: na sua concepção, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando apenas retoma sentidos pré-existentes.

sua vez, mantém uma relação com o interdiscurso, pois é este que regionaliza o universo do dizível em diferentes formações discursivas. O interdiscurso refere-se à memória. Como bem explica Orlandi (2009, p. 33), “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”.

Dessa forma, apresenta-se a questão para o analista de discurso: explicitar como se dá a colocação do discurso em texto, de que forma isso se materializa, pois “embora o texto se apresente, para ele, unidade imaginária, enquanto manifestação concreta do discurso, ele se oferece como um excelente observatório do funcionamento do simbólico” (Ibid., p. 13). Orlandi salienta que “é preciso não nos iludirmos com o texto enquanto unidade empírica, mas pensá-lo como uma unidade imaginária, fazendo intervir na reflexão, a ideologia” (Id.ibid.). E, para observá-la, deve-se pensar o funcionamento do discurso através da construção de um dispositivo que leve o sujeito à sua compreensão.

Com isso, procederemos à outra possível leitura, a leitura de uma materialidade discursiva à luz deste dispositivo teórico. Salientamos que não trataremos neste texto dos procedimentos analíticos implicados na tarefa do analista de discurso, apenas levantaremos algumas questões a partir deste lugar, a fim de tecer comparações com os procedimentos de leitura de um texto embasado na teoria da comunicação de Jakobson e, a par das funções de linguagem, considerar noções de funcionamento da linguagem.

3 Uma questão analítica: um texto e possíveis leituras

Texto-referência:



Figura 1 – Charge referida no texto, de Newton Silva.

Fonte: <<http://www.acharge.com.br/index.htm>>. Acesso em 30.06.2011.

Trabalharemos uma charge de Newton Silva, veiculada no dia 25/06/2011, no *jangadeiroonline*, jornal virtual do Nordeste do país. Através dela podemos identificar os elementos de comunicação sistematizados por Jakobson, bem como diferentes funções de linguagem a partir das suas definições já explicitadas anteriormente.

Primeiramente, teremos, ao trabalhar com esta charge, que distinguir ao menos duas possibilidades: ou podemos analisá-la como uma “mensagem” em que o remetente é o chargista e/ou o editor do jornal, os destinatários são os leitores, ou podemos analisá-la como um fato em si, em que os seus personagens são os remetentes e os destinatários e, a mensagem, os enunciados proferidos por um e outro. Pela primeira leitura, destacamos o objetivo deste tipo de texto num meio de comunicação: pôr em evidência algumas questões que presumivelmente lhes interessam.

Neste texto, então, ao definirmos os elementos da comunicação segundo Jakobson, temos o remetente, também designado como destinador ou emissor, o autor da charge e/ou o editor do jornal que dirige seu texto para um destinatário ou receptor, no caso, o leitor de jornais disponibilizados em meio eletrônico. O canal é o meio físico pelo qual se torna possível o acesso do leitor, no caso, computadores conectados com a Internet; o código é a língua portuguesa e, também, imagens⁶. O contexto a que se refere é um momento político brasileiro, quando temos alguns acontecimentos no país, a saber: greve do magistério em vários estados brasileiros em função da Lei n. 11.738/08, a qual estabelece um piso salarial aos professores, lei esta não cumprida pela maioria dos estados; marcha pela liberalização do uso da maconha, também chamada de “marcha pela liberdade”, designação adotada dias depois; e a luta judicial travada entre advogados italianos e brasileiros sobre a extradição do italiano Battisti, acusado de ações “terroristas” (conforme termo da charge) na Itália, o qual se encontra em território – e jurisdição – brasileiros. E a mensagem, ou melhor, as mensagens, que são: “Justiça reafirma ilegalidade da greve dos professores”, numa alusão às manchetes dos jornais do dia e os comentários dos personagens/cidadãos “1” e “2”: “Marcha da maconha então pode” e “Liberar terrorista também”, além de uma placa, portada por um deles, com a frase “Ilegal é a demagogia”, numa referência a acontecimentos político-sociais no Brasil de 2011.

Na sequência, para refletirmos sobre as funções de linguagem nesse texto, poderíamos pensar, em primeiro lugar, na função referencial, pois o texto busca elementos da realidade brasileira do momento, já referidas anteriormente. Além dessa, poderíamos dizer que, ao provocar humor e,

⁶ Este estudo não entrará na análise detalhada das imagens porque não é este o objetivo ao qual se propõe.

através dele, suscitar no leitor um posicionamento crítico em relação ao contexto remetido, faz-se presente a função conativa ou apelativa; porém, neste caso, embora os enunciados não apresentem verbos no imperativo ou o uso do vocativo, provocam uma reação no destinatário, o leitor, que pode ser de indignação, surpresa, revolta, riso ou outra. Em contrapartida, o processo reverso fica em aberto, quando o destinatário pode tornar-se remetente, pois a relação editor/leitor de jornal é uma relação desigual, a começar pelo espaço disponibilizado no *site* para o leitor comentar alguma matéria.

É preciso considerar ainda outra questão: dentro do espaço de um jornal, em que prevalecem textos cuja função principal é a função denotativa ou referencial, uma charge – com a possibilidade de usar recursos outros de linguagem, como a ironia, a ambiguidade, a elipse, que não caracterizam o que se traduz como objetividade na linguagem ou denotação - não passaria a pertencer ao espaço destinado à função poética? Consideramos pertinente essa reflexão uma vez que o próprio Jakobson coloca, ainda, que essa função não é específica da Poética; é, outrossim, também da Linguística.

Numa outra possibilidade de leitura, embasando-nos nas noções explicitadas por Pêcheux, a primeira questão a ser colocada se refere à relação entre sujeito e sentido, afetados pela língua e pela história, o que está implicado no funcionamento da linguagem. Ou seja, aquele que produz e que divulga um texto, como o reproduzido acima, visa a produzir sentidos. Ao lermos o texto como um todo e nos fixarmos nos enunciados, múltiplos são os sentidos e as memórias mobilizados nos dizeres, como “Justiça reafirma ilegalidade da greve dos professores”; “Marcha da maconha pode”; “Liberar terrorista também...”; e “Ilegal é a demagogia”.

Salienta-se que, para Pêcheux, a memória deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador” (2007, p. 50). Além disso, para este autor,

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

Também considera Pêcheux que há outro interno em toda memória, ou seja, a marca do real histórico, como remissão necessária ao outro exterior: para o autor, “nenhuma memória pode ser entendida como um frasco sem exterior” (Id. *ibid.*). Assim, quando passamos ao texto, ao se ler “ilegalidade” e

se pensar nela, muitos, diversos e entrecortados podem ser os sentidos retomados, assim como isso também pode se dar com os outros enunciados. Além disso, ao contrapô-los, podemos ver, conforme Orlandi (2009), suas diferentes filiações de sentido, remetendo-as a circunstâncias que mostram que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só dos objetivos do sujeito:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender... pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção (Ibid., p. 30).

Em outras palavras, ao se pensar no gesto de interpretação do analista de discurso, estão implicadas questões da sua constituição, o contexto sócio-histórico mais amplo (o que até poderia estar relacionado ao que Jakobson entende como o referente); mas quais as condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas implicadas nesse dizer? Como se constituem os múltiplos gestos de interpretação implicados nesse processo de leitura? E importante também é o aspecto relativo à circulação, afinal, “os dizeres não são como se mostram” (ORLANDI, 2005, p. 11), e os meios pelos quais transitam “não são nunca neutros” (Ibid., p. 12). Dentro disso, pode-se pensar sobre o lugar que a própria charge tem dentro do espaço jornalístico, quando as notícias visam a determinar os sentidos: não seria este, senão um dos, o lugar possível dos deslizos, das rupturas, do equívoco, da evidência da ideologia? Afinal, pelo humor, pela ironia, temos a falha, a falta, os furos dos discursos produzidos, o lugar onde não há necessariamente comprometimento com a opinião do jornal e daí podem derivar multiplicidade de sentidos. Na charge, pode estar o espaço para o sentido que escapa ao controle, mesmo que isso signifique a partir de um funcionamento ideológico.

As imagens também mobilizam dizeres: em confronto com o sujeito que não está representado por uma imagem, mas que enuncia a notícia “Justiça reafirma ilegalidade da greve dos professores” - na qual ressoam dizeres -, e o próprio sujeito jurídico personificado (justiça) referido na manchete, temos a presença de uma primeira voz. Na imagem que representa o sujeito “cidadão comum, povo”, com sua confusão ou indignação, estampadas em suas representações, ligadas aos enunciados “Marcha da maconha então pode!” e “Liberar terrorista também...”, uma segunda voz, enquanto a placa “Ilegal é a demagogia” traz uma terceira. A partir da formulação, dizer que ilegal é uma greve de professores, toda uma memória discursiva retoma sentidos outros

para o que seria/era/fora ilegal ou pertencente ao campo da ilegalidade – o que torna confuso e indignado esse sujeito, uma vez que também se fazem presentes (na ausência) enunciados possíveis, presentes, sim, no interdiscurso. E essa terceira voz, que lugar ocupa nessa relação entre o dito e o não-dito? É possível, ainda, observar que pertencem a diferentes formações discursivas e, conseqüentemente, diferentes formações ideológicas? Que dizem as memórias aí entrecruzadas para que o que dizem faça sentido? Num contexto mais amplo, que sentidos mobilizam? Ou, que efeitos de sentido são produzidos pela linguagem em seu funcionamento? Nesse discurso, que valores morais e éticos estão em evidência? O que é mesmo legal e o que é mesmo ilegal na sociedade contemporânea? Quais, se existem, são os limites entre um conceito e outro? Como se coloca o sujeito diante de tão diversas posições ideológicas que os discursos materializam neste momento histórico? Enfim, com essas questões explicitadas e outras ainda em suspenso, pode-se pensar de que e de quantas formas o sujeito pode ser interpelado ideologicamente pelos discursos que se constroem nessa relação palavra/mundo.

Ao colocarmos, então, lado a lado as análises que fazemos, ora utilizando suporte teórico de Jakobson, ora utilizando indicações do dispositivo teórico-analítico que Pêcheux propõe via Análise de Discurso, podemos observar significativas diferenças. Consideremos uma delas: indivíduo emissor e sujeito. Enquanto em Jakobson o emissor é um indivíduo pragmático que ao usar a língua e a fala transmite informações e se comunica, em Pêcheux tem-se uma posição-sujeito que, ao ocupar um lugar, produz discursos e, mesmo se pretensamente pensa em determinar sentidos, nada vai garantir que nesse processo os sentidos sejam o que havia sido pré-determinado, pois intervém o imaginário, o ideológico, o político, o simbólico. Estas são noções que, embora se aproximem num primeiro instante, mantêm distâncias consideráveis no percurso da interpretação.

4 Conclusão

O percurso teórico-analítico revelado na escritura deste texto indica que nosso ponto de partida foi uma releitura de **Linguística e Poética**, de Roman Jakobson, um grande linguista do século XX, preocupado com as questões da linguagem pertinentes ao tempo em que vive e ao espaço que habita. Das discussões todas que empreendeu em sua vida itinerante e de pesquisador, salientamos o esquema dos elementos da comunicação, assim como a busca do lugar da função poética e o estabelecimento das outras funções da linguagem, estudos que se constituem a parte mais conhecida da sua produção de conhecimento. São contribuições relevantes ainda hoje, já justificadas pelo próprio autor, no seu tempo, com afirmações como “a

linguagem deve ser concebida como parte integrante da vida social” (JAKOBSON, 2001, p. 17); “Qualquer comunicação seria impossível na ausência de um certo repertório de ‘possibilidades preconcebidas’ ou de ‘representações pré-fabricadas’” (Id.ibid.) e, finalmente, a afirmação de que “um lingüista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas lingüísticos e ignorante dos métodos lingüísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos” (Ibid, p. 162).

Certamente Roman Jakobson abriu caminhos para outras incursões teóricas, inclusive para se pensar em língua e sujeito. Michel Pêcheux leu Jakobson e os dois leram Saussure. A relação destinador-destinatário-mensagem-canal-código-contexto, a presença do político e do ideológico quando passamos a pensar em termos discursivos. Não mais destinador e destinatário, mas sujeitos, sujeitos de linguagem, sujeitos de seus discursos, sujeitos a seus discursos. Não mais contexto, mas condições de produção dos discursos, ligadas ao sujeito, não distantes, não alheias; como código, não uma língua como um sistema fechado, mas a língua fazendo sentido, com homens falando, com sujeitos a ela assujeitados, com discursos e seus mecanismos como partes nos processos de significação, novamente entre sujeitos. Não mais numa única direção, numa ordem linear, estanque, perfeita, mas múltiplos caminhos.

Para finalizar, trazemos a análise que Eni Orlandí (2009) faz quando estabelece as relações entre as duas perspectivas teóricas. Segundo a autora (Ibid.), para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, tampouco há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na perspectiva discursivista, formulada pela referida analista de discurso,

[...] a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos [...] Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores (Ibid., p. 21).

Se Jakobson foi um estudioso que pensou linguagem a partir da Poética, e Pêcheux foi também um pensador que estudou a linguagem a partir da Filosofia, os dois chegaram, através do conceito saussuriano de língua, a pensar a língua na relação entre falantes, a língua trazendo/fazendo sentido, a língua em sua multiplicidade/opacidade, apontando, com isso, novas possibilidades para os estudos linguísticos.

Referências

- ARISTÓTELES. **Poética**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000005.pdf>>. Acesso em: 14.jun.2011.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. Roman Jakobson e a lingüística. In: JAKOBSON, Roman. **Lingüística. Poética. Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 165-174.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethânia Mariani e Maria e C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004 [1975].
- _____. [et.al.]. Apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1969].
- JAKOBSON, Roman. **Lingüística. Poética. Cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- _____. As características da linguagem humana. In: **Revista de Cultura Vozes**, São Paulo, ano 67, v. LXVII, jan./jul. 1973, p. 5-10.
- _____.; POMORSKA, K. **Diálogos**. Traduzido por Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Cultrix, 1985.
- _____. **El marco del lenguaje**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- _____. **Lingüística e comunicação**. Traduzido por Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2006 [1983].
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

- PÊCHEUX, M. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Julho/dezembro 1998. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et.al.]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1969].
- _____; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Pérciles Cunha. Campinas, SP: Unicamp, 2010 [1975].
- PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. **Língua e Instrumentos Lingüísticos**, n. 13/14. Campinas, SP: Pontes, 2004, p. 65-74.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, [s.d.].
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1986.